

# Brossard quer Carta atualizada

ESTADO DE SÃO PAULO

6 MAI 1987

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, propôs ontem a realização de um trabalho de avaliação periódica da Constituição. Uma comissão especial, designada pelo Congresso, verificaria a adequação da Carta às alterações ocorridas nos campos político, econômico e social do País num prazo de dez anos. Brossard apresentou a sugestão na Subcomissão de Garantias da Constituição. Ele criticou as alterações frequentes dos textos constitucionais e defendeu a elaboração da nova Carta de forma sintética. A comissão encarregada de avaliar a atualidade do texto a cada dez anos, segundo ele, já seria um canal apropriado para evitar reformas emergenciais e o obsoleto precoce da Constituição.

O presidente do Congresso, Humberto Lucena (PMDB-PB), engatinhou ontem à Mesa da Constituinte 12 propostas. A principal determina que, qualquer que venha a ser a opção dos constituintes pelo sistema de governo — presidencialismo ou parlamentarismo —, ao povo caberia dar a última palavra, através de um plebiscito. O senador sugeriu também a criação do "mandato de garantia social", uma espécie de mandato de segurança, mas com o fim específico de garantir os chamados "direitos sociais". Lucena justificou que, sem o dispositivo, eles permanecerão como simples declaração nas Constituições.

Na Comissão do Sistema Tributário, o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) defendeu que a nova Constituição deve deixar claro que é vedado à União ou Estado lançar qualquer imposto sobre a microempresa, passando aos municípios a responsabilidade de legislar sobre os encargos a serem pagos. Representantes da Câmara Brasileira da Indústria da Construção estiveram ontem na Subcomissão da Questão Urbana e Transporte. E apresentaram proposta de reconstrução do Sistema Financeiro de Habitação e tabelamento dos juros para o mutuário da casa própria. A entidade reivindicou ainda do governo uma taxa progressiva para os terrenos ociosos em áreas com infra-estrutura para construção.

A Constituição deve determinar ao governo que direcione suas compras de medicamentos de forma a atender prioritariamente às indústrias nacionais. A reivindicação foi apresentada pelo setor de fármacos na Subcomissão de Ciência e Tecno-

logia e Comunicação. Segundo a presidente da Central de Medicamentos, Marta Martínez, o Brasil possui tecnologia suficiente para atender o governo, que responde pela compra de 35% dos medicamentos comercializados no País.



## Mais 50 mil para os constituintes

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Mesa da Câmara decidiu ontem conceder aumento de Cz\$ 50 mil aos parlamentares, até a promulgação da nova Constituição, o que eleva para cerca de Cz\$ 100 mil o total pago em espécie aos constituintes, sem levar em conta as passagens aéreas, cotas telefônicas e postal, auxílio transporte e jeton, que fazem parte do salário indireto.

O deputado Albérico Cordeiro (PFL-AL), segundo-secretário da Câmara, explicou que a medida objetiva "minimizar a situação" dos parlamentares que não tiveram aumento no fim da legislatura passada, como estabelece a Constituição, mas só durará até o fim dos trabalhos constituintes, pois a nova Carta deverá fixar definitivamente o salário dos parlamentares.

Albérico Cordeiro propôs a Ulysses Guimarães que a medida seja "amplamente divulgada" para evitar distorções que comprometam a imagem do Congresso. "Sou favorável a que a nova Constituição acabe com os pendurcalhos que compõem o subsídio dos parlamentares e que só servem para emporcalhar a nossa imagem", disse ele.

O deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) apresentou à Câmara um projeto de lei que acaba com a isenção de Imposto de Renda de que gozam parlamentares, magistrados e militares, e determina a correção monetária do IR retido na fonte.

Cerca de 10% da receita global do sistema previdenciário — o equivalente a aproximadamente Cz\$ 20 bilhões — são perdidos por erros, fraudes, má gerência, alto custo operacional e deficiência na arrecadação das contribuições. A denúncia foi reafirmada ontem pelo ex-presidente do INPS Reinhold Stephanes, que falou na Subcomissão de Saúde e do Meio Ambiente. Ele pediu que a Previdência Social seja tratada com mais seriedade, criticando as aposentadorias precoces e as cumulativas.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, pediu que a nova Constituição especifique claramente que, "no interesse nacional, o País deve dispor da reserva do mercado interno em benefício do seu desenvolvimento". A tese recebeu o apoio quase unânime dos membros da Subcomissão da Nacionalidade, Soberania e das Relações Internacionais. Archer defendeu especificamente a reserva de mercado para o setor da informática. E foi criticado apenas pelo deputado José Costa (PMDB-AL), que registrou o atraso brasileiro no setor.

Na Subcomissão de Política Agrária, representantes da Sociedade Brasileira de Silvicultura disseram que o governo precisa investir US\$ 600 milhões por ano, até o ano dois mil, para plantar 16,5 milhões de hectares de florestas. Segundo eles, é a única forma de manter viável o setor de produção de celulose, papel e chapas de madeira desdobrada, entre outros.

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, fez ontem, pela manhã uma rápida visita a algumas subcomissões. Ele parou para discursar e receber aplausos em duas — da Família, do Menor e do Idoso e dos Direitos dos Trabalhadores, onde foi ovacionado por uma comissão de empregadas domésticas.

Na Subcomissão do Idoso e do Menor, Ulysses foi recebido por dezenas de crianças, ganhando uma placa com a inscrição: "Queremos estudar, passear e viajar; não queremos roubar; não queremos ser presos e apanhar da polícia; queremos trabalhar e ser alguém". O presidente da Constituinte ficou muito emocionado. Depois, no encontro com as empregadas domésticas, Ulysses garantiu: "Nunca, em toda a História do Parlamento, os representantes estiveram tão perto do povo, ouvido a ouvido, boca a boca".